

Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio

Douglas Cristian Coelho

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon.
e-mail: coelho_d@hotmail.com

João Edmilson Fabrini

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Docente dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
e-mail: joaofabrini@gmail.com

Resumo

O processo de expansão do agronegócio promoveu um conjunto de transformações no espaço agrário brasileiro. Se de um lado verificou-se a hegemonização do agronegócio com a expansão de culturas comerciais de exportação, principalmente, de outro, constatou-se a importância da produção de subsistência, mesmo num contexto adverso à sua manutenção. A manutenção da produção de subsistência no campo no contexto da expansão do agronegócio está vinculada ao processo contraditório e desigual das relações capitalistas que ora elimina, ora cria ou recria relações não-capitalistas de produção. Nesse contexto, a produção de subsistência e autoconsumo podem representar uma estratégia de existência dos camponeses, quando foi tomado de exemplo aqueles do município de Pato Bragado, no Oeste do Paraná.

Palavras-chave: agronegócio; subsistência; camponês; Pato Bragado.

Resumen

Producción de subsistencia y autoconsumo en el contexto de la expansión del agronegocio

El proceso de expansión del agronegocio promovió un conjunto de transformaciones en el espacio agrario brasileño. Si por un lado se ha encontrado la hegemonía de lo agronegocio con la expansión de los cultivos comerciales de exportación, principalmente, por el otro, se constató la importancia de la producción de subsistencia, incluso en un contexto adverso para su mantenimiento. El mantenimiento de la producción de subsistencia en el campo en el contexto de la expansión de lo agronegocio está vinculado al proceso contradictorio y desigual de las relaciones capitalistas que a veces elimina, tampoco crea o recrea las relaciones de producción no capitalistas. En este contexto, la producción de subsistencia y autoconsumo pueden representar una estrategia de la existencia de los campesinos, cuando la muestra fue tomada de los del municipio de Pato Bragado en el Oeste del Paraná.

Palabras clave: agronegocio; subsistencia; campesino; Pato Bragado.

Abstract

Subsistence production and self-consumption in the context of agribusiness expansion

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 17, nº. 25	pp. 71-87	Jul-dez./2014
--------------	---------------------	----------------	-----------	---------------

The process of agribusiness expansion promoted a set of transformations in the Brazilian agrarian space. If on one hand there was the hegemonization of agribusiness with expansion of commercial export crops, mainly, on the other, there was the importance of subsistence production, even in an adverse context for its maintenance. The maintenance of subsistence production in the countryside in the context of agribusiness expansion is bound to the contradictory and uneven process of capitalist relations which sometimes eliminates, either creates or recreates non-capitalist production relations. Within this context, subsistence production and self-consumption may represent a strategy of existence of the peasants, when it was taken for example those of Pato Bragado county in western Paraná.

Keywords: agribusiness; subsistence, peasant; Pato Bragado.

Introdução

A expansão das relações capitalistas no campo está relacionada ao contexto de industrialização da agricultura brasileira, processo que tem direcionado grande parte da produção camponesa à lógica de mercado. Contudo, as relações capitalistas não imprimiram ao campo uma lógica única de produção de mercadorias, pois existe uma agricultura camponesa norteada pelas necessidades da família e uma agricultura de negócio, o agronegócio, norteada pela acumulação de capital. Assim, desigual e contraditoriamente, mesclam-se no território camponês relações capitalistas e relações não-capitalistas.

As relações não-capitalistas são verificadas na produção de subsistência e autoconsumo, sobretudo de gêneros alimentícios, pois o agronegócio e a agricultura empresarial não eliminou essa característica do campesinato. Aliás, o agronegócio, sobretudo o cooperativista, se utiliza em muitos casos da produção camponesa para ampliar a reprodução do capital. Essas características são verificadas no município de Pato Bragado, no Oeste do Paraná, objeto principal de abordagem nesse artigo.

Pato Bragado, bem como todo o Oeste do Paraná, passou, a partir da década de 1970, por um processo de modernização da agricultura e expansão de agronegócios. A partir desse contexto, houve forte expansão de culturas comerciais como soja e milho e produção de suínos, aves, leite dentre outras. Mas, ao mesmo tempo, verificou-se a manutenção da produção de gêneros alimentícios destinados ao consumo e subsistência das famílias camponesas.

Para tratar da produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio em Pato Bragado, num primeiro momento será feita discussão sobre os conceitos de subsistência e autoconsumo. Na sequência, será abordado sobre o processo de ocupação da terra no município de Pato Bragado e modernização da agricultura neste município. Posteriormente, será tratado sobre as características da agricultura camponesa e a importância da subsistência e autoconsumo.

A base de dados para a elaboração desse artigo foi obtida por meio da aplicação de 13 questionários às famílias camponesas, escolhidas aleatoriamente no meio rural do município. Foram obtidas também informações de órgãos públicos como o escritório local de atendimento da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), censos agropecuários, documentos diversos, entre outros.

Subsistência e autoconsumo: alguns apontamentos

Existem diferentes abordagens e compreensões sobre os conceitos de subsistência e autoconsumo. Alguns autores, tais como Caio Prado Jr (1979) e Celso Furtado (1970), por exemplo, apontam que subsistência representa apenas as produções diretamente ligadas ao autoconsumo dos sujeitos que vivem no campo, quase inexistindo a ligação com o mercado. É uma produção marginal e de segunda ordem. Já para outros autores, como

Heredia (1979), Garcia Jr (1983), Wolf (1970) Chayanov (1974), Silva (1980) dentre outros, a subsistência vai para além das necessidades básicas alimentares (autoconsumo) da família, representando relações e produções inseridas na lógica mercantil simples, as quais garantem aos camponeses a sua reprodução.

Segundo Lima (2010), os principais aspectos relacionados à subsistência são os seguintes: a) a subsistência pode estar relacionada a produtos agrícolas ou outros objetos elaborados e consumidos na mesma unidade que os produziu, ou seja, não ocorrendo o processo de circulação no mercado e a conversão em dinheiro e mercadorias; b) gêneros agrícolas (alimentícios ou não) produzidos nas unidades de produção familiar e destinados ao abastecimento de centros urbanos; c) conjunto de atividades agrícolas e extra-agrícolas executadas pelos membros da família camponesa, com a finalidade de satisfazer as necessidades de consumo.

Nessa perspectiva, não se pode interpretar a subsistência somente como produção de autoconsumo, mas também como um conjunto de necessidades que garantem a reprodução física e social dos indivíduos. A produção de subsistência está relacionada ao conjunto do autoconsumo, e também com o mercado para a manutenção da família. Mas, nesse caso, o mercado não está colocado no centro da existência e manutenção da família.

Garcia Jr. (1983) afirma que alguns gêneros produzidos pelos camponeses necessitam ser levados ao mercado para que possam ser convertidos em dinheiro, proporcionando a compra de outros produtos não elaborados na unidade produtiva, garantindo a sua subsistência. Portanto, ao mesmo tempo em que os camponeses produzem gêneros de consumo direto sem passar pela circulação do mercado (autoconsumo), produzem gêneros de subsistência que possuem alguma relação com mercado.

Quando relacionada à dicotomia entre agricultura de subsistência e comercial, Garcia Jr. (1983) é mais incisivo, esclarecendo que:

Não pressupõe que haja negação da circulação mercantil nas “lavouras de subsistência”, muito pelo contrário. Usou-se a oposição porque ela servia para designar o fato de que formas específicas de circulação dos produtos têm consequências sociais diferenciadas. (GARCIA Jr., 1983, p. 16).

Portanto, não existe a separação de produção de autoconsumo e subsistência. O que existe são os desdobramentos sociais em vida da maior ou menor relação com o mercado, desdobrando-se na autonomia camponesa. Quanto mais o camponês estiver integrado ao mercado, maiores serão as vulnerabilidades em vista de sua dependência de uma instância do qual desconhece e não tem controle.

Segundo Garcia Jr. (1983), ainda, a produção para autoconsumo não pode ser tratada como inferior no conjunto da subsistência. O autor demarca na obra *Terra de Trabalho* (1983) sua interpretação sobre subsistência, afirmando o seguinte:

Subsistência, aqui, tenta voltar à acepção clássica, sobretudo em Marx e Ricardo, isto é, aquilo que é necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. *Subsistência* não é, portanto, um dado abaixo do qual a subsistência física não seria possível, mas de uma categoria social que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução que são socialmente aceitáveis; por conseguinte, um conceito que também se move de sistema para sistema e que está tão submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro. (GARCIA Jr., 1983, p. 16, grifo do autor).

Chayanov (1974), em *La organización de la unidade económica campesina*, faz importante caracterização sobre a produção de subsistência e autoconsumo a partir da organização familiar da produção camponesa. Embora sejam interpretações sobre o campo russo do início do século XX, são representativas no contexto atual do campesinato brasileiro. Para o autor, o balanço entre trabalho e consumo é o eixo central de suas

interpretações acerca dos elementos e da morfologia constitutiva da unidade econômica camponesa. A unidade econômica é entendida, ao mesmo tempo, como unidade de trabalho e consumo. Portanto, Chayanov correlaciona o balanço entre os sujeitos aptos ao trabalho produtivo com o conjunto de indivíduos consumidores.

Segundo Chayanov (1974), as produções de subsistência e autoconsumo estão na essência do universo camponês. Comumente a isso, as práticas e produções camponesas são mediadas pelo balanço entre os elementos de trabalho e consumo, numa relação norteada pelo equilíbrio e não pela intensa autoexploração como ocorre na agricultura capitalista de agronegócio nos dias atuais.

Wolf (1970), ao interpretar o universo camponês, considera combinação entre a produção de autoconsumo e subsistência. Segundo esse autor, o autoconsumo está norteado pelo *mínimo calórico* que, somado aos *excedentes sociais*, garante a subsistência da família camponesa.

Na compreensão de Wolf, o campesinato é uma unidade de consumo e de trabalho. Relação que permite aos camponeses produzir o necessário para abastecer a unidade familiar com alimentos para autoconsumo, garantindo assim o *mínimo calórico* necessário para desenvolver suas atividades diárias.

Nas palavras de Wolf (1970, p. 17), o mínimo calórico “pode ser definido como o consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho”.

No entanto, além de os camponeses produzirem os alimentos fundamentais para as unidades familiares, existe a necessidade de manter os meios de produção, ter relações sociais, como, também, transferir os excedentes sociais devido à condição de sujeitados aos grupos dominantes.

Segundo Wolf (1970), o universo camponês é norteado pela geração dos *mínimos calóricos* e, ao mesmo tempo, pela cobertura dos *fundos* (de manutenção, cerimonial e de aluguel) necessários para sua manutenção e reprodução do grupo doméstico, como também auferem parte dos rendimentos provenientes da comercialização de produtos excedentes da unidade camponesa, apropriados pelos grupos envolventes.

Assim, a partir desses autores, é possível compreender que a produção de subsistência e autoconsumo caminham juntas. Em alguns momentos ocorre maior direcionamento para a produção de autoconsumo e em outros é possível intensificar as relações com o mercado. Enquanto na agricultura camponesa a subsistência e o autoconsumo da família comandam a lógica produtiva, na agricultura capitalista o mercado se constitui no nexos fundante, o que evidencia essencial diferença entre elas.

Acrescenta-se que numa produção tipicamente capitalista a classe burguesa garante sua existência com a exploração dos trabalhadores e a extração da mais-valia, os trabalhadores garantem sua existência com a venda da força de trabalho e os proprietários de terra se reproduzem com a obtenção de renda (renda da terra). Numa produção não tipicamente capitalista, como é o caso da camponesa, a existência dessa classe está garantida pela capacidade da produção de autoconsumo e subsistência, ainda que, em momentos, tais práticas e produções possam estar sujeitadas ao mercado.

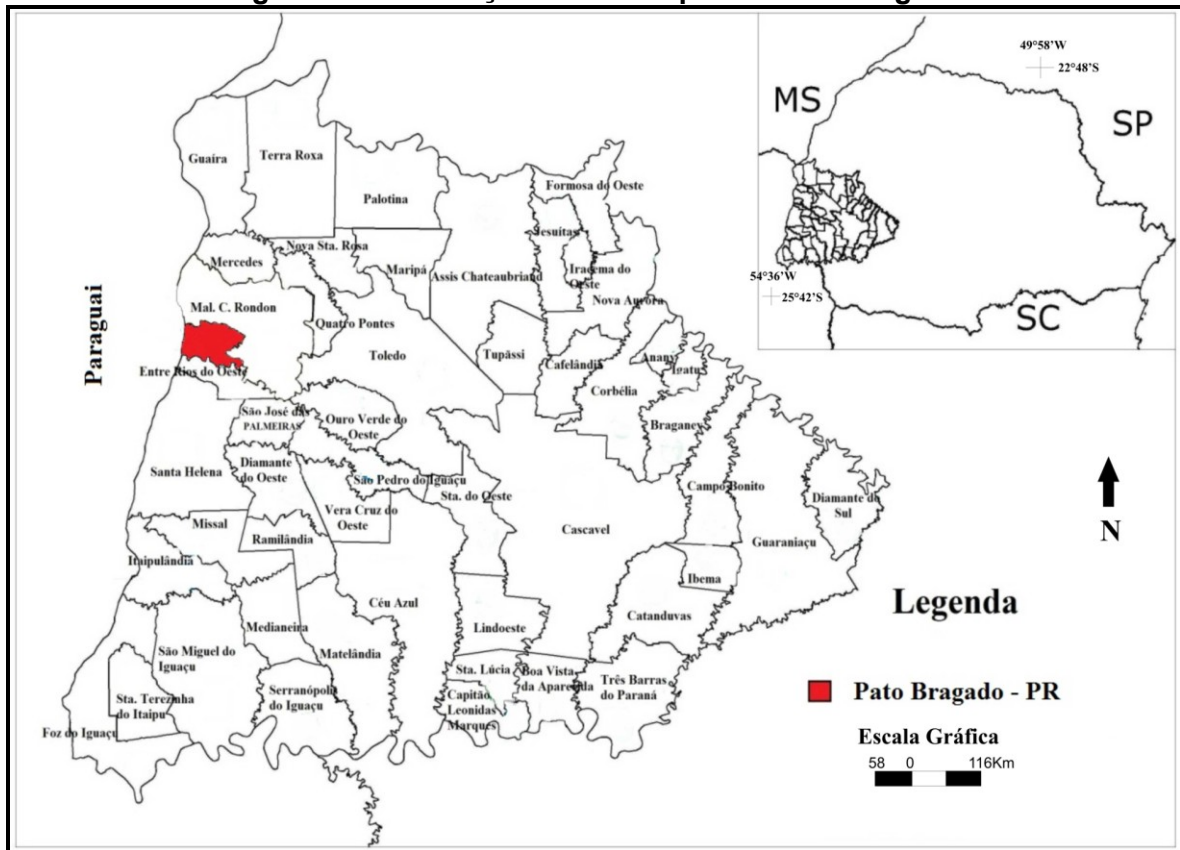
Apesar da produção de subsistência e autoconsumo serem interpretadas marginalmente tanto para reprodução do campesinato quanto nos estudos acadêmicos, é inegável a importância delas para reprodução camponesa na terra. Ainda que, contraditoriamente, a subsistência e o autoconsumo possam servir à acumulação capitalista pela subordinação, é possível visualizar negação ao sistema, pois essa produção proporciona certa autonomia e certa independência aos camponeses.

Nessa perspectiva, a subordinação da propriedade camponesa à lógica capitalista não elimina a produção de subsistência e autoconsumo, ou as colocam como superadas e/ou marginalizadas pela intensificação das relações mercadológicas no campo. A expansão do capitalismo na agricultura está promovendo transformações diversas, mas não é capaz de dominar a produção do campo a ponto de tornar tudo em mercadorias.

O agronegócio e a produção de subsistência e autoconsumo em Pato Bragado

Existe uma forte presença da produção de subsistência e autoconsumo no município de Pato Bragado (PR), no Oeste do Paraná, área principal de abordagem desse artigo (figura 1). Pato Bragado é um município onde predomina a pequena propriedade, surgida no processo de “colonização”, que passou por intensa modernização da agricultura a partir da década de 1970.

Figura 1 - Localização do município de Pato Bragado



Fonte: Ipardes, 2006; Org.: Autores.

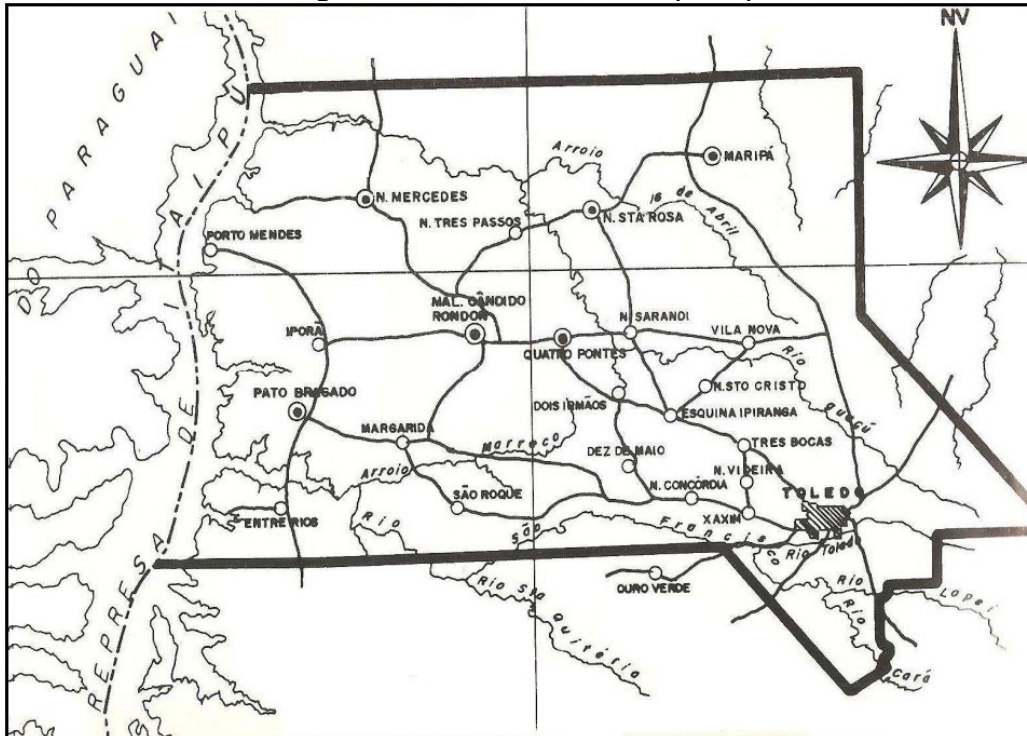
O processo de ocupação da terra em Pato Bragado foi norteado por um conjunto de interesses sociais, políticos e econômicos. A produção do espaço agrário do município, bem como do Oeste paranaense, foi realizada a partir da ação de diversos “atores”, sendo o Estado um agente fundamental na configuração e “ocupação” dessa região e município. Assim, houve uma mudança significativa da estrutura fundiária, quando as terras de um grande latifúndio, denominado de Fazenda Britânia (figura 2), foram divididas em pequenas propriedades e vendidas a partir de 1950 a pequenos agricultores originários do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A (MARIPÁ).

Nos primeiros anos de operação na ex-Fazenda Britânia, o modelo de exploração seguido pela empresa colonizadora (Maripá) foi a exploração madeireira, isso para garantir a entrada de capitais destinados à formação da infraestrutura necessária a fim de despertar os pequenos agricultores para adquirir lotes de terra. Assim, a atividade inicial foi a extração de madeira como pinheiro, cedro, peroba, marfim, ipês entre outros.

Os novos grupamentos sociais que seriam inseridos no espaço do Oeste do Paraná foram “cuidadosamente” selecionados pelos colonizadores, quando se priorizou famílias de pequenos agricultores originários do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, como destacado anteriormente. Os critérios utilizados pela Companhia Maripá para selecionar as famílias eram os seguintes: agricultores sulistas que possuíssem conhecimento de técnicas

modernas, estivessem habituados ao clima temperado, fossem de origem germânica ou italiana e professassem a religião luterana ou católica.

Figura 2 - Fazenda Britânia (1950)



Fonte: Niderauer, 1992.

Assim, o formato de “colonização” implantado pela Maripá nas décadas de 1950 e 1960 proporcionou o direcionamento das atividades para a pequena agricultura. Na fase inicial da “colonização”, os agricultores produziam para subsistência com diversos cultivos, destacando-se os de milho, mandioca, feijão, arroz, leite, batata, frutas diversas e hortaliças, além da produção de espécies de animais (suínos, bovinos e ovinos).

Entretanto, a partir da década de 1970, uma nova dinâmica político-econômica redirecionou a produção agrícola em Pato Bragado, quando os cultivos de soja, milho e trigo foram fortemente incentivados no contexto da modernização da agricultura. Dessa forma, as produções para exportação foram fortemente estimuladas pelos governos militares, provocando grandes alterações no espaço agrário regional e de Pato Bragado.

A instalação de indústrias processadoras de grãos e carnes como a Sadia, atualmente denominada de Brasil Foods (BRF), e a criação de cooperativas como a Copagril (Cooperativa Agroindustrial Copagril), por exemplo, intensificaram uma relação contratual entre agricultura e indústria com a denominada “integração” ou “parceria”. Contudo, atualmente essa relação contratual entre camponeses e empresas ou cooperativas não é dominante no campo, como também as atividades com maior interação com o mercado não têm conseguido subordinar completamente os camponeses e, muito menos, eliminar as produções de subsistência e autoconsumo.

Um dos resultados da modernização da agricultura foi a migração da população do campo para a cidade com a expropriação e expulsão de pequenos agricultores. Esse processo de expropriação foi agravado com a formação do reservatório da Itaipu Binacional, que imergiu 32,8% do território de Pato Bragado em 1982.

A expansão da agricultura moderna em Pato Bragado representou também a expansão de um modelo de agricultura essencialmente comercial e de negócio, o agronegócio. No contexto de expansão das relações capitalistas no campo, essa produção passou a ser monopolizada no momento da circulação da produção, como destaca Oliveira

(2010). Nesse processo, o capital subordinou a produção agrícola e, conseqüentemente, os consumidores, por meio dos preços monopolistas.

Dessa forma, a intensificação das relações capitalistas não provocou apenas transformações nas grandes propriedades, mas também nas pequenas propriedades camponesas subordinando a produção à lógica capitalista. Contudo, as relações capitalistas hegemônicas pelo agronegócio nas pequenas propriedades não foram homogêneas e os camponeses não estão completamente subordinados aos ditames do capital.

Isso ocorre porque o modelo de produção camponês é diferente do modelo do agronegócio. Se no modelo de produção do agronegócio busca-se a acumulação pela reprodução ampliada do capital, representada pela fórmula de Marx (2008) D-M-D, no modelo do campesinato os produtos são mercadorias, mas a circulação ocorre da seguinte forma: M-D-M, a forma simples de reprodução do capital, que, no caso da subsistência camponesa, serve para garantir o abastecimento de mercadorias que não são produzidas na propriedade.

No caso específico dos camponeses de Pato Bragado, os dados indicam que a modernização/mecanização da agricultura foi mais intensa para determinados grupos de produtores, principalmente os que possuem maiores áreas de terra. O acesso às máquinas, como tratores, por exemplo, revela que esse processo foi desigual, indicando uma modernização desigual e contraditória. A modernização desigual indica também uma expansão desigual das relações capitalistas de produção no campo.

Na tabela a seguir (tabela 1) é possível constatar que 30,7% das propriedades pesquisadas não possuem trator, 53,8% têm apenas um (1) trator e 15,3% possuem mais que um (1) trator.

Tabela 1 - Quantidade de tratores nas propriedades camponesas pesquisadas - Pato Bragado

Classe/área	Propriedades (%)	Não possui trator (%)	Possui um trator (%)	Possui mais de um trator (%)
Até 4 alqueires	30,7	7,6	23,0	0
4 a 7 alqueires	30,7	15,3	15,3	0
7 a 10 alqueires	38,6	7,6	15,3	15,3
Total	100	30,76	53,8	15,3

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Os dados da tabela 1 indicam que a modernização da agricultura no município ocorreu de forma parcial, pois uma parte significativa não possui tratores. Não tendo tratores para realizar as atividades que necessitam, os camponeses contratam serviços de vizinhos que possuem máquinas e implementos. Porém, o dispêndio financeiro para contratar os serviços de hora/máquina é relativamente alto, pois o valor da hora/máquina em média está estipulado em 70 litros de óleo diesel, o que equivale a aproximadamente R\$ 140,00¹.

A condição desfavorável em relação aos custos na contratação de máquinas de particulares é combatida com políticas públicas locais, entendidas enquanto estratégias de permanência dos camponeses na terra de trabalho. O que norteia as estratégias do município de Pato Bragado é o programa chamado “patrulhas rurais”, que visa à aquisição de tratores, plantadeiras e forrageiras, enfim, máquinas e implementos agrícolas para os camponeses do município. Os recursos para o programa são provenientes, principalmente, dos royalties² da Itaipu Binacional.

Estas máquinas e equipamentos são destinados (sem custo financeiro) às associações de moradores do meio rural. Dessa forma, os camponeses se organizam coletivamente e têm reduzidos os custos de hora/máquina em mais de 50%, pois a finalidade no uso destas máquinas não é o lucro, mas a garantia na cobertura dos custos de

¹ Valores referenciais para o litro de óleo diesel no ano de 2012.

² Valor repassado em dólares aos municípios atingidos pela formação do reservatório de Itaipu, respectivo ao montante de área alagada (Km²).

manutenção das referidas máquinas, somando-se enquanto estratégia de permanência dos camponeses na propriedade.

As associações de moradores ficam responsáveis pela administração das máquinas. Para isso, organiza-se uma diretoria que define em reuniões a melhor forma de administrar os equipamentos pertencentes à “patrulha”. São escolhidos dois associados para operar o trator e os implementos e realizar a manutenção quando necessária. O custo da hora/máquina aos associados é de 30 litros de óleo diesel (aproximadamente R\$ 60,00). Os operadores das máquinas recebem 5 litros de óleo diesel por hora trabalhada no final de cada safra (cerca de R\$ 10,00).

Outro indicativo da modernização e expansão desigual das relações capitalistas no campo é a presença do trabalho familiar. Verificou-se que 100% das famílias não utilizam trabalho assalariado nas atividades produtivas na propriedade, exceto em momentos esporádicos para auxiliar nas atividades que demandam maior força de trabalho. Esses dados contrariam as interpretações de Silva (1996), as quais afirmam que o processo de modernização da agricultura brasileira levaria à ampla proletarização dos camponeses.

As possibilidades de recriação camponesa, embora estejam subordinadas em parte ao capital, negam também as interpretações teóricas de Lênin (1985) e Kautsky (1986), que afirmavam que a expansão das relações capitalistas no campo levaria ao desaparecimento dos camponeses.

Outra interpretação teórica não sustentada empiricamente é de Graziano Neto (1994). Sua tese indica que a alternativa de permanência dos camponeses no campo brasileiro seria com a integração total à indústria, fato que também não se comprova no campo.

Embora não seja atividade dominante, existem formas de produção no campo do município que possuem forte relação com a indústria, sobretudo àquelas que subordinam desigual e contraditoriamente a propriedade e o trabalho familiar camponês ao mercado.

Oliveira (2001) entende que a expansão das relações capitalistas no campo ocorre desigual e contraditoriamente, pois as relações tipicamente capitalistas se nutrem das formas não-capitalistas para a produção do capital. Desse modo, na agricultura, em momentos o capital controla a circulação subordinando a produção, noutros se instala na produção.

Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão de obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 2001, p. 80).

Dessa forma, o capital não expande suas relações de trabalho assalariado, forma típica de reprodução contemporânea do capitalismo por todos os lugares, destruindo, assim, de forma total e absoluta qualquer forma de trabalho não-capitalista (camponês). O que de fato ocorre nessa relação é que o capital (re) cria formas de trabalho camponês, ampliando a reprodução dele próprio. Acrescenta-se ainda que a manutenção das famílias deve-se à necessidade de força de trabalho e renda da terra extraída da família camponesa pelas indústrias, ou agroindústrias, que as utiliza para ampliação do seu capital.

Esse processo ocorre em Pato Bragado com a “integração” dos camponeses às indústrias processadoras como a Copagri, sobretudo na produção de aves e suínos, indicando aquilo que Oliveira (2001) denomina de monopólio do território pelo capital. A monopolização do território realiza-se pela necessidade de “dominação” pelo capital da terra

do camponês, levando à subordinação da agricultura camponesa por meio do “domínio” da unidade produtiva sem a necessidade de expropriar o camponês. Na suinocultura e avicultura a renda da terra é subordinada ao capital pelo contrato firmado entre o camponês, a indústria e o capital financeiro.

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está-se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. (OLIVEIRA, 1990, p. 53).

A intensificação do processo de monopolização do território pelos complexos agroindustriais (CAIs) tem subordinado parte da produção de subsistência e direcionado a produção camponesa ao mercado. Também tem tirado parte da autonomia das famílias, impactando diretamente na produção de autoconsumo. A monopolização do território foi a forma que o capital utilizou para continuar a reprodução sem a necessidade de dispêndio de dinheiro (capital) para aquisição de terra e meios de produção, como, por exemplo, aviários e chiqueirões. Neste caso, os investimentos são obrigatoriamente feitos pelo produtor familiar camponês e parte de sua renda é “automaticamente” sujeitada ao capital.

Entretanto, o modelo de produção integrada nas propriedades camponesas não ocorre de forma homogênea. Conforme a tabela a seguir (tabela 2), verifica-se que 61,5% dos camponeses do município não estão integrados às “agroindústrias” processadoras de carnes (suínos e aves) na região.

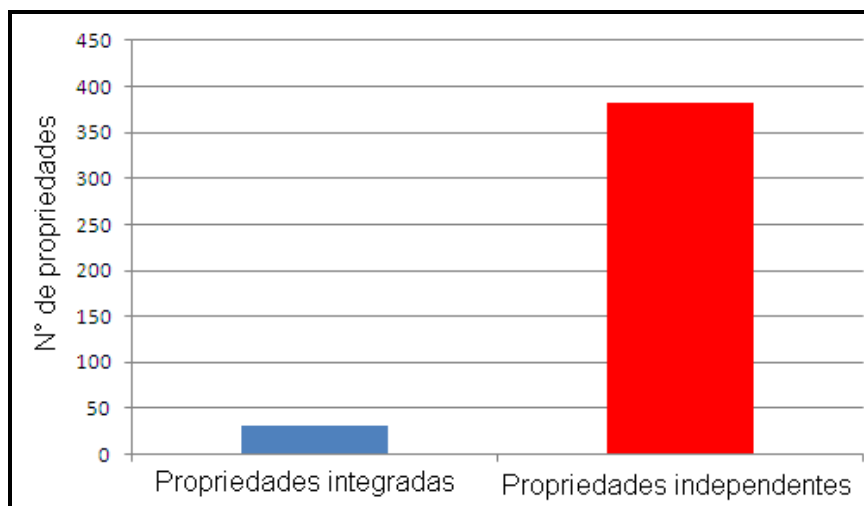
Tabela 2 – Avicultores integrados e não-integrados às indústrias de aves e suínos - Pato Bragado

Cooperativas/empresas	%
Avicultores integrados à Copagril	15,4
Suinocultores integrados à Copagril	15,4
Avicultores/suinocultores integrados a outras empresas	7,7
Camponeses não-integrados	61,5
Total	100,0

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

No gráfico 1 a seguir é possível verificar a diferença existente no número de camponeses integrados e não-integrados (independentes) à produção de aves e suínos em Pato Bragado.

Gráfico 1 – Camponeses integrados e não-integrados às indústrias de carnes - Pato Bragado



Fonte: EMATER, escritório local de Pato Bragado, 2012.

Observou-se que as propriedades camponesas que possuem o sistema de integração com as “agroindústrias” processadoras de aves e suínos perdem parte da autonomia a partir do contrato que é firmado entre indústria e camponês. Nesses casos, as indústrias de processamento “proíbem” a produção de aves caipiras, caso o camponês seja avicultor, e se for produtor de suínos, não pode criar porcos comuns.

Entretanto, as condições impostas pelas indústrias de processamento de carne suína e de aves na prática não são tão rígidas como está no contrato. Alguns camponeses encontram formas de continuar a produção de aves caipiras e porcos comuns, “driblando” as normas das indústrias e negando a condição tipicamente capitalista, ou seja, quando normas e regras do capital se apresentam como novos ditames nas propriedades camponesas.

Contudo, mesmo os camponeses que trabalham no sistema de integração na produção de aves e suínos não ficam desprovidos da alimentação de carnes no dia a dia. Eles podem utilizar-se da produção comercial inserida no sistema de “integração” tanto de aves quanto de suínos para alimentação, estando condicionados a não receberem das cooperativas ou empresas o valor dos animais que foram abatidos para consumo. Isto representa também estratégia de eliminar a compra de carnes no mercado, reduzindo, assim, os custos da alimentação da família, haja vista que a produção direta na propriedade é bem menos dispendiosa que a compra no açougue. Portanto, os avicultores “integrados” às agroindústrias, que mantêm uma produção essencialmente comercial voltada para mercados nacionais e estrangeiros, não eliminaram a produção de subsistência e autoconsumo.

Se na produção essencialmente comercial e “integrada” às empresas capitalistas e cooperativas existe a prática da criação e cultivos de subsistência e autoconsumo, na produção não-integrada tal prática é ainda mais intensa. Embora a produção de subsistência e autoconsumo não estejam dissociadas da lógica capitalista, existe uma importante produção de verduras, legumes, temperos, como também de carnes, ovos, leite, mandioca, dentre outros, destinada ao consumo e à subsistência das famílias.

Quadro 1 - Cultivos e criação de subsistência e autoconsumo - Pato Bragado

Produtos	Camponeses (%)
Bovinos	100
Ovos	100
Mandioca	100
Alface	100
Suínos	92
Aves	92
Leite	92
Cebolinha	92
Beterraba	61
Cebola	54
Couve-Flor	38
Alho	31
Couve	31
Manjerona	31
Louro	31
Brócolis	23
Rúcula	23
Pimentão	15

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Juntamente com o cultivo de gêneros alimentícios na horta, outras produções de subsistência e autoconsumo são realizadas. A produção de carne está presente em todas as unidades camponesas. Isso deixa evidente a importância dessas produções para permanência dos camponeses na terra.

Na foto 1 é apresentada a criação de porco comum, prática que tem dupla finalidade, pois serve para abastecimento de carne e banha às famílias camponesas. É significativa a produção de outros gêneros alimentícios, como ovos, mandioca e alface, que estão presentes em 100% das propriedades. Em 92% dos lotes verifica-se a produção de leite e cebolinha. Algumas produções realizadas na horta são tratadas pelas famílias como secundárias, mas não significa que sejam menos importantes para a existência das dessas famílias.

Foto 1 – Criação de porcos para subsistência e autoconsumo – Pato Bragado



Fonte: Arquivo dos autores.

Outra produção de subsistência e autoconsumo importante para os camponeses é o leite. A produção leiteira é uma das mais importantes fontes de renda dos camponeses. A maior parte desta produção é direcionada ao mercado e outra parte serve para o autoconsumo da família.

A tabela a seguir (tabela 3) resume as principais produções e cultivos que possuem maior relação com o mercado. Mas, mesmo assim, sua finalidade é dupla - o autoconsumo e a comercialização, exceto nas produções de arroz, feijão e as relacionadas ao pomar e à horta, destinadas apenas ao autoconsumo familiar.

Tabela 3 – Produção com dupla finalidade (subsistência/autoconsumo)

Produtos	Propriedades (%)	Relação Comercial/Consumo
Milho	100%	Comercial/Consumo
Soja	84%	Comercial
Mandioca	100%	Comercial/Consumo
Leite	92%	Comercial/Consumo
Feijão	31%	Consumo
Arroz	8%	Consumo

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

A partir da década de 1980, houve importante produção leiteira em Pato Bragado, estimulada pela implantação de empresas e cooperativas do setor lácteo na região Oeste do Paraná. A partir desse momento, o leite tornou-se uma importante fonte de renda aos camponeses bragadenses. Além de ser responsável por grande parte da renda dos pequenos agricultores de Pato Bragado, esta produção representou maior autonomia em relação ao modelo de integração das unidades camponesas (aves e suínos).

O grande desenvolvimento da atividade leiteira nos últimos 30 anos no município é oriundo da necessidade de diversificação das produções nas propriedades. Apenas a produção de grãos não permitia a reprodução da família no campo em pequenas propriedades, porque estes produtos estão dependentes dos desequilíbrios do mercado e são mais suscetíveis às intempéries climáticas. Outro fator que é considerado importante na produção de leite pelos camponeses é a geração de renda mensal.

Portz (2010) aponta a maior autonomia que a atividade leiteira proporciona aos camponeses, se comparado com a produção de grãos ou carne.

No caso do leite, [...] esta atividade facilita caminhos alternativos e os produtores conseguem certa autonomia e independência. Os produtores de leite encontram caminhos alternativos e muitos não seguem a recomendação de investimentos e uso de tecnologias das empresas capitalistas. Esta desobediência de certas recomendações das empresas capitalistas se constitui num caminho trilhado pelos pequenos produtores para se manter no campo (p. 40).

Uma forma de minimizar os custos da produção leiteira é a utilização dos dejetos suínos e bovinos para adubação das pastagens e algumas áreas cultivadas com milho, reduzindo a compra de adubos químicos no mercado. Essa produção de fertilizantes a partir dos dejetos de animais se desdobra no incremento dos rendimentos da produção final, ou seja, maior disponibilidade de alimento ao rebanho proporciona aumento na produção de modo geral.

Com essa estratégia, os camponeses produtores de leite conseguem diminuir a subordinação das propriedades ao capital industrial, comercial e financeiro. Outro fator importante da produção leiteira é a maior autonomia na produção. Diferentemente dos modelos de integração com as indústrias de aves e suínos, a relação que os camponeses possuem com as indústrias processadoras do leite não é contratual. No momento que o camponês verificar que a comercialização do leite com certa empresa não é satisfatória, simplesmente ele poderá vender seu produto à outra empresa.

Para fomentar a produção de leite, a prefeitura municipal fornece vários subsídios financeiros aos camponeses para aquisição de insumos agrícolas (calcário, cama de aviário, sêmen bovino, sementes de pastagem dentre outros) (quadro 2). Também são destinados recursos para a compra de máquinas e equipamentos agropecuários. A alocação destes recursos para as produções camponesas do município é possível graças ao recebimento de royalties pagos pela Itaipu Binacional, como compensação pelo alagamento de parte do território de Pato Bragado com a formação do reservatório da hidrelétrica.

Quadro 2 – Subsídios públicos municipais aos agricultores de Pato Bragado

Produtos subsidiados	Quantidade/Valores
Semente de aveia	Limite de 450 Kg/agricultor a cada 2 anos, valor de R\$ 0,42 / Kg de semente.
Inseminação artificial	O município adquire o sêmen e através de um funcionário realiza a inseminação de todas as matrizes leiteiras das propriedades camponesas (sem custos ao camponês).
Resfriador de leite	50% do valor do resfriador - subsídio limitado em R\$ 3.000,00.
Ordenhadeira	50% valor da ordenhadeira, subsídio limitado em R\$ 1.100,00.
Calcário	Limite de 50 ton./ agricultor a cada 3 anos, valor de R\$ 60,00 / ton. para agricultores com até 6 alqueires, e R\$ 30,00 / ton. para agricultores com mais de 6 alqueires.
Cama de aviário	Limite de 10 ton. / agricultor a cada 3 anos, valor R\$ 50,00 para produtores com até 4 alqueires e R\$ 35,00 para produtores com mais de 4 alqueires.
Subsolagem de solo	4 horas/máquina por agricultor/ano.

Fonte: EMATER, escritório local de Pato Bragado, 2012.

Além dos subsídios financeiros destinados às produções camponesas de Pato Bragado, existem outras políticas assistenciais. Destacam-se as seguintes: empréstimos de implementos agrícolas (como roçadeira, perfurador de solo, misturador de esterco, plantadeira de mandioca dentre outros), que o camponês utiliza conforme a necessidade.

Os subsídios destinados ao desenvolvimento das propriedades agrícolas de Pato Bragado permitem fazer algumas considerações. Interpretando pela lógica da manutenção e fortalecimento da produção camponesa, tais incentivos em dinheiro e/ou em produtos proporcionam melhorias nas condições de subsistência dos camponeses no campo, embora tenham proporcionado à sujeição da propriedade camponesa ao capital.

Outra produção que garante a subsistência e autoconsumo das famílias camponesas de Pato Bragado é a mandioca. Além de ser alimento importante na mesa dos camponeses, também é fonte de renda pela venda das raízes às fecculárias da região. Contudo, apenas 8% das famílias produzem mandioca destinada ao mercado, sendo o restante (92%) para alimentação humana e animal.

A mandioca sempre foi uma cultura importante para reprodução camponesa em Pato Bragado. No início da ocupação do município, sua produção destinava-se para o autoconsumo e também como alimento aos animais. Com a instalação de fábricas processadoras de mandioca na região, surgiu a possibilidade de comercialização do produto.

No entanto, o grande impulso à mandiocultura foi a partir de meados da década de 1990, quando se instalou uma fecculária em Pato Bragado e, aliado aos incentivos públicos locais, intensificou-se o cultivo desse tubérculo. Mas, a indústria fechou em 2007, levando ao abandono da produção de mandioca para o comércio pela grande maioria dos camponeses do município.

A produção de milho tem grande importância para as famílias camponesas, pois é característica fonte de renda pela comercialização direta do grão com as cooperativas e cerealistas da região ou indireta em outras atividades produtivas. Portanto, além da venda direta do produto ao comércio, a sua produção serve de matéria-prima na produção de rações e forragens para a alimentação de bovinos (produção leiteira e corte) e a criação de suínos para comercialização e também o consumo de carnes pela família. Isso proporciona um barateamento dos custos de produção nas atividades que se realizam nas propriedades. Portanto, o milho é uma importante cultura destinada à subsistência e ao autoconsumo.

O milho é cultivado em duas safras anuais. Parte da produção desse cereal é direcionada à alimentação dos animais nas propriedades camponesas. Outra parte é comercializada às cooperativas e empresas cerealistas da região, o que contribui com o aumento da renda das famílias.

Ao contrário da expansão do cultivo do milho, principalmente, na segunda safra, a produção da cultura do trigo está praticamente eliminada. Este cereal já foi muito cultivado em Pato Bragado durante as décadas de 1970 e 1980. Existe um conjunto de fatores que provocou este processo decadente, destacando-se o fim dos subsídios dos governos militares no decorrer da década de 1980, o fim da garantia de preços do governo, as frustrações de safras (geadas) e, principalmente, os direcionamentos que as agroindústrias de carnes promoveram nas últimas décadas na região, impulsionando a substituição da cultura do trigo pelo milho, matéria-prima fundamental na fabricação de rações.

A produção de soja tem presença marcante nas propriedades camponesas de Pato Bragado. A oleaginosa entra na produção camponesa como forma de diversificá-la e também permitir a realização de rotação de culturas e obtenção de renda. Possui grande destaque nos momentos em que as cotações internacionais são muito favoráveis. Neste cenário, os camponeses utilizam grande parte da propriedade para seu cultivo, deixando de lado a cultura do milho.

O elemento condicionante que dificulta o cultivo de soja pelos camponeses é o tamanho da propriedade. Nesse caso, os camponeses utilizam grande parte da área para a produção leiteira, que garante maior estabilidade financeira e maior independência.

Embora algumas produções e cultivos apresentados estejam inseridos na lógica da agricultura capitalista - do agronegócio, tais práticas e produções são contraditórias e

desiguais no universo camponês. Portanto, em meio a estas contradições produtivas tipicamente capitalistas, em momentos tais produções se elevam enquanto estratégias norteadas pela subsistência, o que contribui para a existência e a reprodução da família camponesa na terra.

A produção de frutas nas propriedades camponesas entra como alternativa para garantir a permanência no campo e a reprodução da família no lote. Por mais que a expansão das relações capitalistas tenha proporcionado uma nova dinâmica de produção no campo de Pato Bragado, pressionando até mesmo o cultivo de frutas nas pequenas propriedades, os dados levantados junto aos camponeses (quadro 3) permitem apontar a importância do cultivo de frutas para o autoconsumo nas pequenas propriedades.

Quadro 3 - Produção de frutas para autoconsumo

Espécies de frutas	Presença nas propriedades camponesas (%)
Bergamota	85
Laranja	
Pêssego	
Uva	77
Goiaba	62
Ameixa	
Jabuticaba	54
Caqui	
Banana	
Acerola	
Manga	46
Limão	
Mamão	38
Araticum	31
Pitanga	
Figo	23
Pera	
Maracujá	
Maçã	15
Guabiroba	
Seriguela	
Abacate	8
Ingá	
Lima	
Abacaxi	

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

O cultivo de fruteiras nas propriedades camponesas é fundamental para reduzir a compra destes gêneros no mercado. De acordo com os camponeses, a produção de frutas em todas as propriedades se remete ao consumo próprio, não existindo a comercialização de produtos do gênero externo à propriedade. A maior parte das frutas é consumida *in natura*; o restante é destinado à produção de doces, geleias e sucos. Portanto, os camponeses não estão ausentes da compra de certas frutas para o consumo da família, pois não é possível produzir determinadas espécies durante o ano inteiro.

Embora haja grande diversidade de espécies de fruteiras cultivadas nas propriedades, percebe-se que parte das famílias produzem mais espécies de frutas e outras menos. A ausência de cultivos de determinadas fruteiras está relacionada às características microclimáticas das propriedades localizadas nos fundos de vale, ou seja, frutas tropicais (manga, mamão, maracujá, abacaxi dentre outras) são severamente castigadas com geadas nos dias mais frios do ano.

A produção de frutas para subsistência e autoconsumo, assim como outras produções abordadas anteriormente, evidencia que a expansão das relações capitalistas no campo, no caso de Pato Bragado, não ocorre homogeneizando os espaços. Há a manutenção de produções e práticas camponesas no contexto de expansão das relações

capitalistas. Se de um lado são verificadas maiores relações entre camponeses, indústria e sistema financeiro, o que tem levado ao aumento da subordinação da propriedade ao capital, de outro verifica-se uma produção que não é toda controlada pelo capital, como é o caso do autoconsumo e subsistência. Assim, a produção de subsistência e autoconsumo é realizada pelo trabalho familiar, o que expressa a presença de relações não-capitalistas na agricultura “moderna”.

Considerações finais

Constatou-se que o modo de produção capitalista na agricultura, na sua face mais moderna representada pelo agronegócio, não consegue dominar todos os espaços. A diversidade de produtos, práticas e relações não-capitalistas que estão presentes no campo indicam um processo desigual e contraditório de expansão das relações capitalistas de produção. Nesse processo desigual e contraditório da expansão das relações capitalistas no campo emerge a produção de subsistência e autoconsumo.

As estratégias camponesas como a produção de subsistência e autoconsumo não negam por completo a lógica da produção capitalista. Como os camponeses são sujeitos criados e recriados no contexto de expansão do capitalismo na agricultura, em momentos as práticas camponesas estão articuladas com as relações capitalistas, noutros estão à paralela e à margem contraditória, o que lhes garante sua existência no campo.

Dessa forma, verifica-se uma relação contraditória no modo de produção capitalista, pois ora os camponeses produzem mercadorias, ora produzem gêneros de subsistência, o que lhes garante sua existência num contexto adverso, no caso, no contexto de expansão do agronegócio.

Referências

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, [1925] 1974.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Recomendações técnicas para a produção, abate, processamento e comercialização de frangos de corte coloniais**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Ave/SistemaProducaoFrangos corte Coloniais/glossario.htm>> consulta dia 05 de outubro de 2012.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

GARCIA JR, A. R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GRAZINO NETO, F. **Recolocando a questão agrária. Plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. Sistema de Recuperação Eletrônica (SIDRA). 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Curitiba. Base de Dados, 2006. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25>. Acesso em 06 mai. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Pato Bragado, 2012.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, I. V. **Produção de subsistência/autoconsumo e resistência camponesa no Assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo (MS)**. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Santa'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Grafo-set, 1992.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática. 1990.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, pp. 5-64, ago. 2010.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto. 2001.

PORTZ, G. P. **A atividade leiteira na pequena propriedade no município de Entre Rios do Oeste (PR)**. 2010. 30f (Monografia em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasilienses, 1979.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, J. G. da. **Estrutura agrária de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1996.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos**: histórias do Oeste paranaense. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

Recebido para publicação em 05 de abril de 2014

Devolvido para revisão em 08 de julho de 2014

Aceito para publicação em 06 de setembro de 2014